

Delfim avisa que pacote ainda é insuficiente

O pacote ameniza, mas não resolve. Foi este o principal desabafo do ministro do Planejamento, Delfim Netto, durante a reunião de quase três horas que manteve ontem em seu gabinete no Palácio do Planalto com todas as lideranças do PDS na Câmara e no Senado e com a presidente do PTB, Ivete Vargas, para explicar e justificar as medidas econômicas que o governo oficializará a partir de hoje e que terão que ser defendidas no Congresso pelos parlamentares situacionistas.

Para dar informações e explicações sobre o conteúdo do pacote econômico — que começará a ser aprovado na reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional — o ministro do Planejamento reuniu em seu gabinete do final da tarde e início da noite de ontem uma platéia de pelo menos 15 pessoas, incluindo os políticos, alguns técnicos e o ministro da Fazenda, Ernane Galvães.

Queixando-se de que devido às pressões da própria área política não lhe forá possivel elaborar um conjunto de medidas que possam funcionar com a eficácia necessária, o ministro do Planejamento deixou todos os políticos aliviados quando informou que a política salarial em vigor está imune ao pacote, ou seja, permanecerá intocada pelas mudanças legais em curso. Somente os funcionários das empresas estatais é que sofrerão cortes, principalmente nos salários indiretos.

Quem mais vibrou com a informação positiva de Delfim Netto quanto à política salarial foram a deputada Ivete Vargas — que já havia ameaçado romper com o acordo PTB-PDS, que dá maioria ao Governo no Congresso — e o senador Carlos Chiarelli, que se tem batido ao longo de sua carreira pelo estabelecimento de uma política trabalhista. Após a reunião, Chiarelli considerou que a principal medida do pacote foi justamente a que não foi tomada, ou seja, a preservação da classe assalariada, pelo menos no que diz respeito à folha de pagamento.

DESCONTESTE

Em dado momento, um dos políticos perguntou a Delfim Netto se ele achava que com tantas medidas que compõem o tal pacote estariam solucionados os dilemas básicos da economia brasileira, especialmente a inflação. A resposta foi negativa. Para espanto da seleta platéia, Delfim Netto afirmou que o pacote é significativo e ameniza bastante os problemas econômicos do país, mas — disse textualmente — “não resolverá”.

Segundo Delfim Netto — de acordo com o depoimento dos parlamentares à saída do encontro — não se conseguirá deter satisfatoriamente as taxas de inflação, sem mexer nos salários. Delfim fez então uma longa exposição para dizer que nenhum país do mundo paga salários acima dos índices inflacionários, como se faz no Brasil. Delfim Netto defendeu a tese de que somente o salário mínimo deveria ser fixado pelo governo, abandonando-se de uma vez por todas com a vinculação dos salários ao INPC. Todo o restante das categorias teria que obter reajustes através do sistema de livre negociação entre patrões e empregados.

Para ser mais didático ainda, o ministro do Planejamento — segundo relato dos participantes da reunião — citou o exemplo do México, um país também em crise como o Brasil e que teve igualmente que recorrer ao FMI, que está com uma inflação superior a 100 por cento, mas que está reajustando salários em apenas 12 por cento.

— E alguém consegue sobreviver nessas condições?

Ante a indagação de um estupefato parlamentar, o ministro do Planejamen-

to fez humor dizendo que ninguém por lá está morrendo à falta de gordos reajustes salariais.

“PAIS VAI BEM”

O ministro Delfim Netto começou a sua explanação informando que o Brasil tem feito alguns reconhecidos sucessos, apesar de todo o quadro crítico: conseguiu reduzir significativamente as importações de petróleo, ao mesmo tempo em que aumentava a sua produção interna, a tal ponto que a expectativa é de que em 1985 o país esteja importando apenas 400 mil barris dia, no máximo, contra os 650 mil barris dia atuais. Disse Delfim que a meta de exportar US\$ 6 bilhões este ano é perfeitamente factível, haja vista o desempenho do mês de maio (US\$ 671 milhões) recorde absoluto em toda a história do país. Acrescentou que, apesar de uma sucessão de acidentalidades — geadas, secas e enchentes — a agricultura vai bem, tendo passado da carência à fartura e atingido um índice de 5 por cento de crescimento.

A partir de então foi que o ministro do Planejamento começou a enumerar e a explicar cada uma das medidas do pacote (ver quadro na primeira página) e a defender a tese de que se não é possível mexer na política salarial, pelo menos que se encaminhe a extinção dos subsídios. Recorrendo mais uma vez à didática, Delfim Netto argumentou que de cada Cr\$ 10,00 que o brasileiro paga pelo pão, Cr\$ 20,00 são pagos pelo Governo, a título de subsídio. E por isso que o pacote praticamente acabará com a chamada “conta petróleo” e elevará drasticamente os preços dos combustíveis — entre 40 e 50 por cento. Quanto à desindexação da economia, o ministro do Planejamento considerou essa proposta uma tólice pois, segundo ele, todo o sistema econômico brasileiro desabarria de uma vez com uma mudança desse porte.

REAÇÕES POLÍTICAS

Apesar de o pacote não interferir nos salários, foi de frustração as reações das lideranças do PDS que participaram da reunião com Delfim. Elas não esperavam que o pacote fosse tão drástico, já que nos últimos dias os próprios políticos cantavam vitória, no sentido de que as medidas não viriam tão pesadas.

A deputada Ivete Vargas considerou que não será difícil defender as medidas governamentais, já que elas não atingem os salários. O senador Aloysio Chaves, líder do Governo no Senado, disse que o PDS não está buscando a paternidade dessa ou daquela medida, mas afirmou que seu partido está junto do Governo na defesa do pacote, pois ele é necessário tendo em vista as correções quem se destina. Ressaltou o fato de o PDS ter sido informado com antecedência e ter contribuído com sugestões.

Apesar de reclamações de alguns parlamentares quanto aos cortes no crédito agrícola, a agricultura foi uma das áreas poupadadas pelo pacote econômico, tal a dosagem das reduções e a contemplação de cortes menores para o Nordeste. Houve concordância total quanto à necessidade de redução nas despesas com as empresas estatais, consideradas pelo próprio ministro do Planejamento como “uma fonte de distorção imensa na economia”.

É possível que medidas complementares ao pacote saiam nas próximas semanas, já que o próprio ministro Delfim deixou aberta essa hipótese. Várias idéias ficaram de ser estudadas, entre elas, a transformação do Banco do Brasil em banco comercial, fundamentalmente para “conter a ganância dos bancos particulares”.